



Universidades Lusíada

Pinto, Ricardo Leite, 1958-

Nota de abertura

<http://hdl.handle.net/11067/7472>

<https://doi.org/10.34628/07M7-2X27>

Metadata

Issue Date	2023
Publisher	Universidade Lusíada Editora
Keywords	Organismos legislativos - Dissolução - Espanha, Organismos legislativos - Dissolução - Portugal, Portugal - Emigração e imigração, Direito - Filosofia, Ética, Justiça (Filosofia), Água - Direito e legislação, Auto-regulamentação, Alterações climáticas - Região do Pacífico, Direito internacional privado – Direito administrativo, Nogueira, Alberto Franco, 1918-1993 - Crítica e interpretação, Nogueira, Alberto Franco, 1918-1993 - Visão política e social, Eleições - Portugal - Madeira, Eleições - Nova Zelândia, Eleições - Montenegro, Eleições - Luxemburgo, Eleições - Suíça, Eleições - Polónia, Eleições - Países Baixos
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 08 (Julho-Dezembro 2023)

This page was automatically generated in 2025-04-03T19:33:36Z with information provided by the Repository

Nota de Abertura

Ricardo Leite Pinto

Director da POLIS

E-mail: rlp@lis.ulsiada.pt

DOI: <https://doi.org/10.34628/07M7-2X27>

O presente número da POLIS encerra o quarto ano de vida da revista, na sua nova fórmula, fiel à colaboração plural do ponto de vista científico (Direito Político, Ciência Política, Filosofia Política, História Política e Relações Internacionais).

Manuel Cardoso Leal analisa a prática da dissolução parlamentar na monarquia constitucional portuguesa comparando-a com a realidade espanhola da mesma época. Entre outros aspectos, conclui que a decisão da dissolução acarretava riscos significativos para o monarca de tal modo que a sua sorte dependeu muito do uso desta prerrogativa.

A análise da reconfiguração imigratória em Portugal do século XX para o XXI é objecto de estudo por **João Pedro de Puga Oliveira** que recorre à conceptualização do fenómeno com recurso às teorias explicativas das migrações.

Inajara Piedade da Silva reflete sobre os benefícios da utilização de um direito mais flexível quando se está perante temas que carecem de resolução urgente, como é o caso da água para consumo humano. O objectivo específico consiste em demonstrar a contribuição da “*soft law*” na protecção ambiental, exemplificando com a Declaração de Estocolmo. O impacto das alterações climáticas na região do anel de fogo do Pacífico permite a **João Carlos Marques Simões** analisar as características constituintes dos SIDS (“Small Islands Developing Countries”) que melhor contribuem para a adaptação às referidas alterações climáticas. **João André de Almeida da Luz Soares e Ricardo Alexandre Cardos Rodrigues** reflectem sobre o desafio da aplicabilidade dos princípios éticos ao problema da regulação e organização social. Propõe-se abordar criticamente o problema da justificação do Estado, o que o torna legítimo (moral) e não só, o seu poder e o problema da justiça social. Para tal, discutem a teoria da justiça social de Rawls e o contributo da obra de Todd Philips.

António Francisco de Sousa estuda o princípio da justa ponderação no Direito Administrativo que se vem tornando numa “forma de agir” da Administração Pública em geral. Após a análise exaustiva do procedimento de ponderação e dos seus critérios jurídicos, propõe a elevação da exigência da justa ponderação à dignidade de princípio geral de Direito Administrativo que assim, “de lege ferenda”, deve ser previsto no Código do Procedimento Administrativo.

A propósito dos 30 anos do falecimento do Embaixador Franco Nogueira e de um Colóquio que se realizou a 14 de Março de 2023, a revista reúne 3 das intervenções que na ocasião se produziram, respectivamente de **Marcello Duarte Matias, de Jaime Nogueira Pinto e de Pedro Borges de Lemos.**

Nesse contexto é ainda de registar o ensaio de **João Tavares** que partindo da monografia de Franco Nogueira “Subsídio para uma síntese crítica do imperialismo político da Alemanha” elaborada em 1942, procura explicar o porquê do imperialismo tradicional alemão persistir na política externa alemã após a queda do Império.

Finalmente, a habitual secção **Observatório Eleitoral Internacional** coordenada por **Manuel Monteiro**, publica estudos sobre as eleições no Montenegro, na Região Autónoma da Madeira, no Luxemburgo, na Nova Zelândia, na Polónia, na Suíça e nos Países Baixos. São autores dos diversos estudos: **Diogo Pina Chiquelho, Ana Catarina Costa, Ricardo Vieira, Manuel Monteiro, Rodrigo Farinha, Cristina Aragão Seia, Eduardo Oliveira e Sousa, Raquel Duque, Ema Coutinho, Teresa Abreu, João Daniel, Catarina Miranda e José Costa Rocha.**